

# Paranaguá Saneamento S.A.

CNPJ/ME: 01.691.945/0001-60

Balço patrimonial - 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Em milhares de reais)				Demonstrações do fluxo de caixa			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	124.625	107.638	Fornecedores e outras contas a pagar	7	7.723	9.354
Contas a receber e outros recebíveis	5	8.984	6.088	Empréstimos e financiamentos	8	2.329	3.227
Impostos e contribuições a recuperar		999	1.378	Debêntures	9	37.154	27.776
Outros ativos		1.754	1.595	Obrigações fiscais		1.419	963
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>136.362</b>	<b>116.699</b>	Outras obrigações		2.371	1.595
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>50.996</b>	<b>42.915</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	73	Fornecedores e outras contas a pagar	7	424	524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	14.280	16.077	Empréstimos e financiamentos	8	132.156	124.913
Outros ativos		968	995	Debêntures	9	275.633	229.863
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>15.248</b>	<b>17.145</b>	Provisão para perdas com causas judiciais	10	576	798
Imobilizado		1.507	1.713	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>408.789</b>	<b>356.098</b>
Ativos de direito de uso		1.195	1.494	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível e ativo de contrato	6	313.701	267.109	Capital social	11	28.236	28.236
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>331.651</b>	<b>287.461</b>	Prejuízos acumulados		(20.008)	(23.089)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>8.228</b>	<b>5.147</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>459.785</b>	<b>399.013</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>468.013</b>	<b>404.160</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>468.013</b>	<b>404.160</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado** Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	128.601	82.781
Custo dos serviços prestados	16	(87.340)	(50.645)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>41.261</b>	<b>32.136</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas comerciais, administrativas e gerais	16	(17.366)	(19.108)
Outras receitas líquidas		219	-
		(17.147)	(19.108)
<b>Lucro antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>24.114</b>	<b>13.028</b>
Receitas financeiras	17	5.905	2.241
Despesas financeiras	17	(25.141)	(27.044)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(19.236)</b>	<b>(24.803)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>4.878</b>	<b>(11.775)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(1.797)	3.966
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>3.081</b>	<b>(7.811)</b>
<b>Resultado por ação - básico (em Reais)</b>		<b>0,109115</b>	<b>(0,276631)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes** Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>3.081</b>	<b>(7.811)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>3.081</b>	<b>(7.811)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido** Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	11	<b>28.236</b>	<b>(15.278)</b>	<b>12.958</b>
Prejuízo líquido do exercício		-	(7.811)	(7.811)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	11	<b>28.236</b>	<b>(23.089)</b>	<b>5.147</b>
Lucro líquido do exercício		-	3.081	3.081
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	11	<b>28.236</b>	<b>(20.008)</b>	<b>8.228</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)		
	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	3.081	(7.811)
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.797	(3.966)
Imposto de renda e contribuição social provisionados	-	2
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.088)	720
Depreciação e amortização	12.172	14.776
Baixa de ativo intangível	-	867
Provisão para perdas com causas judiciais	(222)	369
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	(1.635)	(1.393)
Juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	23.615	25.474
	36.720	29.038
<b>Variações em:</b>		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	82	2.604
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	379	(1.012)
Aumento em outros ativos	(132)	(518)
Redução em fornecedores e outras contas a pagar	(1.731)	(3.308)
Aumento (redução) em outras obrigações	776	(7)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	456	(94)
	36.550	26.703
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis	818	697
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(236)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	(16.291)	(12.102)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>21.077</b>	<b>15.062</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativos imobilizado	(376)	(275)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(25.347)	(18.616)
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(25.723)</b>	<b>(18.891)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Debêntures e partes relacionadas tomadas	40.000	268.005
Custo de transação na emissão de debêntures	(228)	(18.875)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	(18.139)	(141.658)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>21.633</b>	<b>107.472</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.987</b>	<b>103.643</b>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	107.638	3.995
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>124.625</b>	<b>107.638</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021 - (Em milhares de reais)**

**1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Operações Gerais:** A Paranaguá Saneamento S.A. "Companhia", está localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos. A Companhia iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A., juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045.

**1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19:** A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém as medidas preventivas e mitigadoras adotadas desde 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos contratos firmados com o Poder Concedente. A Companhia informa que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

**2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. **Declaração de relevância:** Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábeis - Financeiros de Propósito Geral, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.1. Mensuração ao valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.2. Receita de contrato com cliente:** a) **Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. b) **Contratos de concessão de serviços e construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tem-

po. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. c) **Receita de serviços de operação:** A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera. **2.3. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar; • Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; • Despesas com debêntures partes relacionadas; • Outras. As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **2.4. Tributos:** a) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. c) **Tributos sobre a venda:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. **2.5. Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. a)

**Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. b) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benefícios em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.7. Intangível - a) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). b) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. c) **Amortização:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.8. Ativos de contrato:** Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. **2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia. a) **Ativos financeiros - i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. ii) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra

no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária da caixa. iii) **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. iv) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. b) **Passivos financeiros** - i) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. ii) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. **Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. iii) **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. c) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.10. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **2.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.13. Provisões** - a) **Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. b) **Provisão para perdas com causas judiciais:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.14. Benefícios a empregados** - a) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. b) **Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós emprego. **2.15. Ajuste a valor presente de ativos**

**e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.16. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representem o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • **Imóveis:** 5 anos; • **Veículos e equipamentos:** 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.17. Custos de empréstimos e financiamentos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. **2.18. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. *Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:* (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48:** Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a

IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábil'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - a) **Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. b) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - NE 6; ii. Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) - NE 5; iii. Provisões para perdas de causas judiciais - NE 10; **4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa	Taxa média de remuneração	2021	2020
Caixa		6	7
Saldo bancário		3.843	1.238
Certificado de depósito bancário	4,34% 2021 e 2,71% 2020	35.285	5.861
Fundos de investimento	4,75% 2021 e 3,97% 2020	85.491	100.532
<b>Total</b>		<b>124.625</b>	<b>107.638</b>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

#### 5. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2021	2020
Contas a receber de saneamento e serviços		17.297	16.950
Direitos a faturar		3.871	3.515
(-) Provisão para perda ao valor recuperável		(12.470)	(14.558)
		8.698	5.907
Partes relacionadas - operações mensais	18	-	78
Adiantamentos		-	59
Outros		286	117
		286	254
Circulante		8.984	6.088
Não circulante		-	73
<b>Total</b>		<b>8.984</b>	<b>6.161</b>

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	2021	2020
A vencer	6.233	5.204
Vencidos até 30 dias	2.733	1.779
Vencidos entre 31 e 60 dias	777	515
Vencidos entre 61 e 90 dias	346	280
Vencidos entre 91 e 120 dias	281	264
Vencidos entre 121 e 150 dias	230	215
Vencidos entre 151 e 180 dias	735	146
Vencidos acima de 181 dias	9.833	12.062
<b>Total</b>	<b>21.168</b>	<b>20.465</b>

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para redução ao valor recuperável do contas a receber. O movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

	2021	2020
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>		<b>13.838</b>
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida		2.384
Valores baixados		(1.664)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>14.558</b>
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida		1.871
Valores baixados		(3.959)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>12.470</b>

É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas.

#### 6. Intangível e ativo de contrato

##### a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga concessão (ii)	Software	Total
<b>Custo</b>					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	306.073	8.914	39.549	534	355.070
Adições	16.640	1.961	-	15	18.616
Transferências	3.070	(3.070)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	325.783	7.805	39.549	549	373.686
Adições	13.640	44.242	-	1	57.883
Transferências	3.904	(3.904)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	343.327	48.143	39.549	550	431.569
<b>Amortização</b>					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	(80.939)	-	(11.551)	(324)	(92.814)
Adições	(12.607)	-	(1.091)	(65)	(13.763)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(93.546)	-	(12.642)	(389)	(106.577)
Adições	(10.122)	-	(1.091)	(78)	(11.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(103.668)	-	(13.733)	(467)	(117.868)
Valor líquido					
Em 31 de dezembro de 2020	232.237	7.805	29.907	160	267.109
Em 31 de dezembro de 2021	239.659	48.143	25.816	83	313.701

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2020		2021	
		Custo	Adições	Transfêrência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	70.497	267	43	70.807
Rede de Esgoto	De 4 a 6	198.040	6.593	2.146	206.779
Rede de Água	De 4 a 5	52.609	5.644	1.697	59.950
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	2.231	1.136	18	3.385
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	1.553
Outros		853	-	-	853
<b>Total</b>		<b>325.783</b>	<b>13.640</b>	<b>3.904</b>	<b>343.327</b>

(\*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(ii) Outorga de Concessão

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

	Prazo final da concessão	Prazo remanescente (anos)	Custo contábil	Amortização		Saldo líquido	
				2021	2020	2021	2020
Intangível de concessão	2045	24	39.549	(13.733)	(12.642)	25.816	26.907

c) **Amortização:** O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização de gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras. d) **Teste por redução ao valor recuperável:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 22-26 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2021. O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: • Receitas - as receitas foram projetadas entre 2021 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócios das diferentes Unidades Geradoras de Caixa. • Custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia. • Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 8,14% em 31 de dezembro de 2021 (10,00% em 31 de dezembro de 2020). As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. A unidade geradora de caixa não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado para a unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

7. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2021	2020
Fornecedores diversos		6.542	8.537
Partes relacionadas - operações mensais	18	424	524
Outras contas a pagar		1.181	523
		8.147	9.584
Adiantamentos		-	294
Circulante		7.723	9.354
Não circulante		424	524
<b>Total</b>		<b>8.147</b>	<b>9.878</b>

8. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios a.a. (%) (*)	Vencimento		
					2021	2020
BNDES - partes relacionadas	18	TJLP	9,12	2022 a 2024	5.024	8.138
Arrendamento mercantil				2025	1.254	1.499
Mútuos - partes relacionadas	18		8,00	2024	128.239	118.558
					134.517	128.195
(-) Custo de transação				2022 a 2024	(32)	(55)
Circulante					2.329	3.227
Não circulante					132.156	124.913
<b>Total</b>					<b>134.485</b>	<b>128.140</b>

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária. No contrato de capital de giro a controladora Igua Saneamento S.A. é codevedora.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

	Valor contábil	31 de dezembro de 2021				
		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
BNDES (*)	5.024	2.076	1.538	1.410	-	-
Arrendamento mercantil	1.254	270	297	327	360	-
Mútuos - partes relacionadas	128.239	-	-	-	128.239	-
<b>Total</b>	<b>134.517</b>	<b>2.346</b>	<b>1.835</b>	<b>1.737</b>	<b>128.599</b>	<b>-</b>

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Debêntures	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	119.526	1.166	142.499	263.191

Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	259.804	259.804
Conta corrente - partes relacionadas	8.201	-	-	8.201
Custo de transação na emissão de debêntures	-	-	(18.875)	(18.875)
Amortização de principal	(1.397)	(1.411)	(138.850)	(141.658)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>6.804</b>	<b>(1.411)</b>	<b>102.079</b>	<b>107.472</b>

Outras variações				
Custo de transação	28	-	950	978
Arrendamento	-	1.744	-	1.744
Provisão de juros	572	118	23.806	24.496
Pagamento de juros	(289)	(118)	(11.695)	(12.102)
<b>Total de outras variações</b>	<b>311</b>	<b>1.744</b>	<b>13.061</b>	<b>15.116</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>126.641</b>	<b>1.499</b>	<b>257.639</b>	<b>385.779</b>

Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	40.000	40.000
Custo de transação na emissão de debêntures	-	-	(228)	(228)
Amortização de principal	(3.106)	(245)	(14.788)	(18.139)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(3.106)</b>	<b>(245)</b>	<b>24.984</b>	<b>21.633</b>

Outras variações				
Custo de transação	23	-	482	505
Juros capitalizados (*)	-	-	31.239	31.239
Custo de transação capitalizados (*)	-	-	1.297	1.297
Provisão de juros	10.108	133	12.869	23.110
Pagamento de juros	(435)	(133)	(15.723)	(16.291)
<b>Total de outras variações</b>	<b>9.696</b>	<b>-</b>	<b>30.164</b>	<b>39.860</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>133.231</b>	<b>1.254</b>	<b>312.787</b>	<b>447.272</b>

(\*) Juros e custo de transação capitalizados sobre as debêntures, nota explicativa 9.

c) **Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

Linha de crédito	Indexador	a.a. (%) (*)	Vencimento	2021		2020	
				2021	2020	2021	2020
Debêntures 2ª emissão	IPCA + 6,1%	16,16	2030	289.020	275.564	-	-
Debêntures 3ª emissão	CDI + 4%	8,39	2023	40.141	-	-	-
<b>Total</b>				<b>329.161</b>	<b>275.564</b>	<b>17.925</b>	<b>17.925</b>

(-) Custo de transação	Circulante	Não circulante	2021		2020	
			2021	2020	2021	2020
			37.154	27.776	275.633	229.863
<b>Total</b>			<b>312.787</b>	<b>257.639</b>	<b>275.633</b>	<b>229.863</b>

Em 31 de julho de 2020 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta restrita, o montante de R\$259.804, com prazo de vencimento de 10 anos contados da data de emissão, com remuneração fixa equivalente a IPCA + 6,10% a.a. Os juros e o valor do principal serão amortizados em janeiro e julho a partir de 2021. Em 22 de dezembro de 2021 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta restrita, o montante de R\$40.000, com vencimento em 22 de dezembro de 2023 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI. A Igua Saneamento S.A. adquiriu a totalidade das debêntures. As garantias das debêntures emitidas pela Companhia consistem: As garantias da 2ª (Segunda) debêntures emitidas pela controladora Paranaguá Saneamento S.A. no montante de R\$259.804 em 31 de dezembro de 2020, consistem (i) em garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, por meio de carta de fiança firmada pela Companhia na condição de fiadora, tornando-se devedora solidária e principal pagadora da totalidade dos valores devidos até a final quitação das debêntures; (ii) totalidade das ações da controladora pertencentes a Companhia, bem como todas as novas ações que sejam subscritas e integralizadas; e (iii) totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros de titularidade da controladora, emergentes do contrato de concessão. Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	meses					meses							
		12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 103	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 103	
Debêntures 2ª emissão (*)	289.020	39.080	31.243	31.243	31.243	31.243	124.968	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª emissão (*)	40.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>329.161</b>	<b>12.134</b>	<b>13.244</b>	<b>13.244</b>	<b>13.244</b>	<b>13.244</b>	<b>115.122</b>	<b>30.480</b>	<b>30.683</b>	<b>30.683</b>	<b>30.683</b>	<b>30.683</b>	<b>30.683</b>	<b>122.352</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

**Cronograma de amortização do custo de transação:** A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	meses					meses							
		12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 103	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 103	
(-) Custo de transação	16.374	1.926	1.926	1.926	1.926	1.926	6.744	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>17.925</b>	<b>2.704</b>	<b>2.628</b>	<b>2.476</b>	<b>2.352</b>	<b>2.148</b>	<b>5.617</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

10. Provisão para perdas com causas judiciais:

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$ 576 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 798 em 31 de dezembro de 2020).

**Passivos Financeiros**  
(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação; (\*\*) Não foi considerado o montante de adiantamentos.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	120.776	106.393	3.849	1.245	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	-	8.984	6.161	-	-
<b>Ativos Financeiros</b>		<b>120.776</b>	<b>106.393</b>	<b>12.833</b>	<b>7.406</b>	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar (**)	7	-	-	-	-	8.147	9.584
Empréstimos e financiamentos (*)	8	-	-	-	-	134.517	128.195
Debêntures (*)	9	-	-	-	-	329.161	275.564
<b>Passivos Financeiros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>471.825</b>	<b>413.343</b>

b) **Mensuração do valor justo:** O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021. c) **Gerenciamento de riscos financeiros:** A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de preço. i) **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. **Contas a receber e outros recebíveis:** A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento. Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual					
		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 103 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	8.147	8.147	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	133.263	167.187	2.491	1.770	162.926	-	-
Arrendamento mercantil	1.254	1.514	378	378	380	-	-
Debêntures	329.161	505.134	48.649	102.146	49.162	49.823	50.376
<b>Total</b>	<b>471.825</b>	<b>681.982</b>	<b>59.665</b>	<b>104.294</b>	<b>212.466</b>	<b>50.203</b>	<b>50.376</b>

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual					
		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 115 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	9.584	9.584	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	126.696	127.637	3.429	120.955	1.675	1.578	-
Arrendamento mercantil	1.499	1.892	378	378	378	379	-
Debêntures	275.564	587.440	30.480	88.214	81.576	74.894	68.495
<b>Total</b>	<b>413.343</b>	<b>726.553</b>	<b>43.871</b>	<b>209.547</b>	<b>83.629</b>	<b>76.851</b>	<b>68.874</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. iv) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e IPCA. **Perfil:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Ativos financeiros	Aplicações financeiras	Passivos financeiros	Empréstimos e financiamentos	Debêntures 2ª emissão	Debêntures 3ª emissão	Total		
						Nota	2021	2020
						4	120.776	106.393
						8	5.024	8.138
						9	289.020	275.564
						9	40.141	-
							<b>334.185</b>	<b>283.702</b>

**Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:** Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e

	Cíveis, trabalhistas, e ambientais	
	2021	2020
Saldo em 1º janeiro	798	429
Adições	165	427
Baixas/reversões	(387)	(58)
<b>Total</b>	<b>576</b>	<b>798</b>

A natureza dos processos é como segue:

	Cíveis	
	2021	2020
Cíveis	12	56
Trabalhistas	548	726
Ambiental	16	16
<b>Total</b>	<b>576</b>	<b>798</b>

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$15.825 em 31 de dezembro de 2021 (R\$15.500 em 31 de dezembro de 2020). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização. Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível: • Existe um processo estimado em R\$ 10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. A alegação de suspeição do perito já foi afastada por decisão final, diante da qual não cabe mais recurso. No momento aguarda-se apenas a definição do Juiz Federal competente para que o processo retome seu curso com o encerramento da fase de produção de provas.

11. **Capital social** - a) **Capital social:** O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.236 (R\$28.236 em 31 de dezembro de 2020), representado por 28.236.154 ações ordinárias, (28.236.154 em 31 de dezembro de 2020), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2021	2020
--	------	------

depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:  
*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas*

	Exposição em 2021	Risco	Cenários		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			Provável %	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Instrumentos</b>								
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	120.776	CDI	4,63	5.592	5,79	6.993	6,95	8.394
<b>Passivos financeiros</b>								
BNDES - partes relacionadas	(5.024)	TJLP	5,32	(267)	6,65	(334)	7,98	(401)
Debêntures 2ª emissão	(289.020)	IPCA	10,06	(29.075)	12,58	(36.359)	15,09	(43.613)
Debêntures 3ª emissão	(40.141)	CDI	4,39	(1.762)	5,49	(2.204)	6,59	(2.645)
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>(213.409)</b>			<b>(25.512)</b>		<b>(31.904)</b>		<b>(38.265)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				<b>6.392</b>		<b>(12.753)</b>		

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas*

	Exposição em 2021	Risco	Cenários		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			Provável %	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Instrumentos</b>								
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	120.776	CDI	4,63	5.592	3,47	4.191	2,31	2.790
<b>Passivos financeiros</b>								
BNDES - partes relacionadas	(5.024)	TJLP	5,32	(267)	3,99	(200)	2,66	(134)
Debêntures 2ª emissão	(289.020)	IPCA	10,06	(29.075)	7,54	(21.792)	5,03	(14.538)
Debêntures 3ª emissão	(40.141)	CDI	4,39	(1.762)	3,29	(1.319)	2,19	(877)
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>(213.409)</b>			<b>(25.512)</b>		<b>(19.120)</b>		<b>(12.759)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				<b>6.392</b>		<b>12.753</b>		

v) *Risco de preço*: A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

**14. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	33.154	23.505	-	-	9.649	2.588
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.904	3.533	-	-	(629)	881
IFRS 16	19	2	-	-	17	(9)
Provisão para perdas com causas judiciais	196	271	-	-	(75)	125
Outras provisões	130	129	-	-	1	(5)
Custo de transação de empréstimos	-	-	271	306	35	37
Intangível líquido - contratos de concessão	-	-	818	825	7	6
Direitos a faturar	-	-	1.194	1.084	(110)	(28)
Juros capitalizados	-	-	11.062	-	(11.062)	-
Ágio sobre aquisições	-	-	8.778	9.148	370	371
Compensação (*)	36.403	27.440	22.123	11.363	(1.797)	3.966
<b>Total líquido</b>	<b>(22.123)</b>	<b>(11.363)</b>	<b>(22.123)</b>	<b>(11.363)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	2021	2020
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>	<b>4.878</b>	<b>(11.775)</b>
Resultado do exercício antes dos impostos	34%	34%
Alíquota nominal	(1.659)	4.004
Despesa com imposto a alíquota nominal	(138)	(80)
Outras	-	40
Imposto corrente	-	(2)
Imposto diferido	(1.797)	3.966
Alíquota efetiva	(37%)	(34%)

**Ajuste do imposto de renda e contribuição social**

	2021	2020
Despesas não dedutíveis	(138)	(80)
Outras	-	40
Imposto corrente	-	(2)
Imposto diferido	(1.797)	3.966
Alíquota efetiva	(37%)	(34%)

**15. Receita operacional líquida**

	2021	2020
<b>Receita líquida</b>	<b>79.056</b>	<b>72.162</b>
Saneamento	57.882	18.602
Construção	2.038	2.021
Serviços	(2.938)	(3.062)
Abatimentos e cancelamentos	(7.437)	(6.942)
Impostos sobre serviços	128.601	82.781

**16. Custos e despesas por natureza**

	2021	2020
<b>Custos e despesas por natureza</b>	<b>(57.882)</b>	<b>(18.602)</b>
Custo de construção	(12.172)	(14.776)
Depreciação e amortização	(9.032)	(9.898)
Serviços de terceiros	(16.254)	(15.002)
Pessoal	(3.062)	(2.899)
Outorga e taxas de fiscalização	(4.129)	(4.026)
Energia elétrica	(2.291)	(1.890)
Materiais auxiliares	2.088	(720)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(344)	(207)
Despesas com comunicação/marketing	(1.628)	(1.733)
Outras	(104.706)	(69.753)
<b>Total</b>	<b>(87.340)</b>	<b>(50.645)</b>
Custo dos serviços prestados	(17.366)	(19.108)
Despesas administrativas e gerais		

**17. Receitas financeiras e despesas financeiras**

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.635</b>	<b>1.393</b>
Juros sobre contas a receber de clientes	4.127	793
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	39	-
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	35	1
Descontos obtidos	69	54
Outras receitas financeiras	5.905	2.241
<b>Total</b>	<b>(13.793)</b>	<b>(25.474)</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(87)</b>	<b>-</b>
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(9.822)	-
Juros sobre atualização de impostos a recolher	(601)	(980)
Comissões e despesas bancárias	(838)	(590)
Outras despesas financeiras	(25.141)	(27.044)
<b>Total</b>	<b>(19.236)</b>	<b>(24.803)</b>

**Despesas financeiras líquidas**

**18. Partes relacionadas - a) Controladora:** A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A. b) **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais". Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2021	2020
Remuneração da diretoria	749	823
Participação nos lucros e resultados	425	218
Encargos Sociais	235	176
Benefícios diretos e indiretos	40	45
<b>Total</b>	<b>1.449</b>	<b>1.262</b>

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

c) **Outras transações com partes relacionadas**

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Em clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar</b>	(Nota 5)	(Nota 5)	(Nota 7, 8 e 9)	(Nota 7, 8 e 9)	(Nota)	
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	-	(3.769)	(3.769)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	-	78	424	524	(22)
Mútuo	(c)	-	-	128.239	118.558	(9.680)
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(d)	-	-	5.024	8.138	(389)
Debêntures	(e)	-	-	40.141	-	(142)
Circulante	-	4	2.076	3.005	(14.002)	(4.374)
Não circulante	-	74	171.752	124.215	-	-
<b>Total</b>	-	78	173.828	127.220	(14.002)	(4.374)

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço. (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. (c) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 8% ao ano; (d) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 8. (e) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 22 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 40.000 com vencimento em 22 de dezembro de 2023 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI.

**19. Seguros:** A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

**20. Compromissos - a) Decorrente do direito de outorga variável:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente corresponde a 5% da receita líquida. Em 31 de dezembro de 2021 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$383 (R\$2.899 em 31 de dezembro de 2020) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados. b) **Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão:** A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

**Composição da Diretoria**

Diretoria
João Roberto Rocha Moraes
Mayckel Seiffert da Costa Pereira

**Gerente de Controladoria e Contador**

Anderson da Costa
CRC/SP nº 1 SP - 244592/O-1

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos administradores e acionistas da **Paranaguá Saneamento S.A.** - Paranaguá - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Capitalização de gastos no ativo intangível:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante consolidado de R\$ 239.659 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os saldos de capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 perfazem o montante de R\$ 17.544 mil e as movimentações líquidas do ativo de contrato, o montante de R\$

40.338 mil. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados na Nota 6. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão e os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura da concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2021; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e as razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022.  
**ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.**  
 CRC-2SP034519/O-6  
**Lazaro Angelim Serruya - Contador CRC-1DF015801/O-7**

PARANAGUA SANEAMENTO - DIGITAL PDF  
Código do documento 970fb110-8585-45b6-a703-267b9de2d814



## Assinaturas



ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO  
comercial@folhadolitoral.com.br  
Assinou

*Antonio Saad Gebran Sobrinho*

## Eventos do documento

### 12 Apr 2022, 14:33:42

Documento 970fb110-8585-45b6-a703-267b9de2d814 **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-12T14:33:42-03:00

### 12 Apr 2022, 14:34:09

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-12T14:34:09-03:00

### 12 Apr 2022, 14:34:23

ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO **Assinou** (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df) - Email: comercial@folhadolitoral.com.br - IP: 191.177.164.184 (bfb1a4b8.virtua.com.br porta: 63178) - Documento de identificação informado: 739.941.469-68 - DATE\_ATOM: 2022-04-12T14:34:23-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):9f6a6c99caec160d976a3e43f014ace38830e7c9fc81e8b6ca1396f32c4e2971

(SHA512):ac628cf19e18e8769e0b9af910987461305f7bb536b48d91174ee772f984d2728afaade9eee309d11ed3f30e6c73f38877f713ce8108b1aa552242c0bc00ac17

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**